



- h) Certidão negativa de antecedentes cíveis do Tribunal de Justiça do Amazonas;
- i) Certidão negativa de antecedentes criminais do Tribunal de Justiça do Amazonas;
- j) Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal;
- k) Certidão negativa de antecedentes criminais da Polícia Federal;
- l) 01 (uma) fotografia 3x4 cm recente.

7.3 Fica vedada a admissão do candidato que, apesar da classificação, não apresentar os documentos acima especificados.

7.4 Os estagiários realizarão treinamento obrigatório, coordenado pela EASTJAM, em período anterior ao início do estágio.

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

8. O estagiário firmará o Termo de Compromisso de Estágio - TCE, com duração mínima de 12 meses, com possibilidade de prorrogação por igual período. Para permanecer no estágio ou o prorrogar, o estudante deverá:

- a) permanecer devidamente matriculado em Instituição de Ensino Superior;
- b) manter coeficiente de rendimento escolar igual ou superior a 7,0 (sete) pontos;
- c) ter bom desempenho no estágio, avaliado pelo supervisor imediato, realizado a cada semestre.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9. Para participar da Seleção Pública, o candidato deverá ter pleno conhecimento deste Edital.

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Escola de Aperfeiçoamento do Tribunal de Justiça do Amazonas, que poderá rever seus próprios atos, de ofício ou por solicitação dos interessados.

9.2. A Seleção Pública terá validade até a abertura de novo Edital, a contar da data de sua publicação.

Manaus, 17 de Janeiro de 2019

Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira
DIRETOR DA EASTJAM

ANEXO I CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Língua Portuguesa: 1. Compreensão e interpretação de textos; Clareza e coerência textual. 2. Ortografia oficial (conforme Novo Acordo Ortográfico). 3. Acentuação gráfica. 4. Emprego das classes de palavras. 5. Emprego do sinal indicativo de crase. 6. Pontuação. 7. Concordância verbal e nominal e regência nominal e verbal. 8. Colocação pronominal e emprego das formas de tratamento. 9. Redação Oficial (de acordo com o Manual de Redação da Presidência da República – parte I: as comunicações oficiais).

Noções de Informática e Processo Digital: 1. Sistema Operacional Windows (Multiversão). 2. *Software* livre para edição de textos e planilhas (Libre Office). 3. Conceitos básicos de rede de computadores. 4. Internet e Intranet (programas de navegação, e-mail, sites). 5. Processo digital (Lei Nº 11.419, de 19 de Dezembro de 2006). 6. Noções de segurança da informação.

Direito Constitucional: 1. Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º – 4º da CRFB). 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º – 17 da CRFB). 3. Da Organização do Estado (Arts. 18 – 36 da CRFB). 4. Do Poder Legislativo (Arts. 44 – 58 da CRFB). 5. Do Processo Legislativo (Arts. 59 – 69 da CRFB). 6. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 70-75). 7. Do Poder Executivo (Arts. 76 – 91 da CRFB). 8. Do Poder Judiciário (Arts. 92 – 126 da CRFB). 9. Das Funções Essenciais à Justiça (Arts. 127 – 135 da CRFB). 10. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (Arts. 136 - 141). 11. Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem e Do Idoso (Arts. 226 – 230 da CRFB).

Direito Civil: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4657/42). 2. Da Personalidade e da Capacidade (Arts. 1º – 10 do CC). 3. Direitos da Personalidade (Arts. 11 – 21); 4. Da pessoa jurídica (Arts. 40 – 69 do CC); 5. Domicílio (Arts. 70 – 78); 6. Dos Bens (Arts. 79 a 103); 7. Do Negócio Jurídico (Arts. 104 – 165); 8. Da Invalidade do Negócio Jurídico (Arts. 166 – 188); 9. Da Prescrição e da Decadência (Arts. 189 – 211); 10. Das Modalidades das Obrigações (Arts. 233 a 285). 11. Do casamento (Arts. 1.511 – 1.582).

Direito Processual Civil (Lei n. 13.105/2015): 1. Das Normas Processuais Cíveis (Arts. 1º – 15 do CPC); 2. Da Função Jurisdicional (Arts. 16 – 69); 3. Dos Sujeitos do Processo (Arts. 70 a 187); 4. Dos Atos Processuais (Arts. 188 – 293 do CPC); 5. Tutela Provisória (Arts. 294 – 311); 6. Da Formação, da Suspensão e Extinção do Processo (Arts. 312 – 317 do CPC). 7. Lei nº 9.099/95 (Arts. 1º a 59).

Direito Penal: 1. Da Aplicação da Lei Penal (Arts. 1º - 12 do CP); 2. Do Crime (Arts. 13 – 25 do CP); 3. Da Imputabilidade Penal (Arts. 26 - 28 do CP); 4. Do Concurso de Agentes (Arts. 29 – 31 do CP). 5. Das Penas (Arts. 32 – 99 do CP); 6. Da Ação Penal (Arts. 100 – 106); 7. Da Extinção da Punibilidade (Arts. 107 – 120); 8. Dos Crimes Contra a Vida (Arts. 121–128); 9. Das Lesões Corporais (Art. 129). 10. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 (Art. 1º a 47).

Direito Processual Penal: 1. Do Processo em Geral (Arts. 1º – 3º do CPP); 2. Do Inquérito Policial (Arts. 4º – 23 do CPP); 3. Da Ação Penal (Arts. 24 – 62 do CPP); 4. Da Competência (Arts. 69 – 91 do CPP); 5. Da Prisão, Das Medidas Cautelares e Da Liberdade Provisória (Arts. 282 - 350 do CPP); 6. Da Sentença (Arts. 381- 393 do CPP); 7. Lei nº 9.099/95 (Arts. 60 - 97). 8. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 (Art. 48 a 59).

ANEXO II – FORMULÁRIO PARA RECURSOS CONTRA A PROVA E O GABARITO

Seleção Pública de Estágio

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome do Candidato:

Disciplina:

Número da Questão:

Fundamentação:

Data:

Horário:

Assinatura do Candidato:

ANEXO III – FORMULÁRIO PARA RECURSOS CONTRA O EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES/CLASSIFICAÇÃO

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome do Candidato:

Fundamentação:

Data:

Horário:

Assinatura do Candidato: